

MAPAS DE UM MUNDO EM RUÍNAS: PISTAS PARA PESQUISAR (N)O BRASIL

Betina Hillesheim
Lisandra Espíndula Moreira
Lílian Rodrigues da Cruz

Eu sinto muito apenas (ou não) por aqueles que ainda não perceberam que o mundo já acabou e estamos dançando sob suas ruínas para celebrar novos projetos de mundo. (Linn da Quebrada,¹ 2019)

Neste trabalho pretendemos pensar a pesquisa como uma política de “amor ao mundo”, entendendo, a partir de Hannah Arendt, que “*o Amor mundi* representa o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos responsabilidade por ele” (Assy, 2019, p. 15). Estamos interessadas em amar e mudar as coisas, mas um pouco diferente de Belchior² (1976), estamos também interessadas em algumas teorias. Nessa perspectiva, ao reconhecermos a dificuldade em amar o mundo o bastante para assumir tal responsabilidade, trata-se também de pensar de outros modos, para enfrentar tempos sombrios, nos quais as pessoas deixam de acreditar no espaço público e o começar novas ações parece não ter sentido.

Responsabilizar-se ao fazer pesquisa é assumir a ciência como conhecimento corporificado e como esperança de transformação, argumentação que o pensamento feminista nos ensina. Em contrapartida, “irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas” (Haraway, 2009, p. 22). Nesse sentido, entendemos, em consonância com *bell hooks* (2020), que o amor não está dado, mas que ele é ação. Além disso, para a autora, “amar é um ato de vontade”, visto que sempre implica uma escolha (p. 47).

- 1 Linn da Quebrada é uma atriz, cantora, compositora e ativista brasileira, que se define como bicha, trans, preta e periférica, nem ator, nem atriz, atroz. Diz-se também performer e terrorista de gênero. <http://g1.globo.com/musica/noticia/2016/09/de-testemunha-de-jeova-voz-do-funk-lgbt-mc-linn-da-quebrada-se-diz-terrorista-de-genero.html>
- 2 Belchior, cantor e compositor brasileiro, canta em *Alucinação*: “Eu não estou interessado em nenhuma teoria, em nenhuma fantasia, nem no algo mais ... amar e mudar as coisas, amar e mudar as coisas me interessa mais”.

Se o mundo já está em ruínas, como trazido na epígrafe que abre este texto, trata-se, assim, de pensar em começos, buscando responder à questão: o que faremos com o mundo? Na tentativa de traçar novos começos, entendemos que também são necessários novos mapas, visto que, como coloca Joukhadar (2020), em seu romance *O Mapa de Sal & Estrelas*³, todo mapa é uma história e histórias são formas de compreensão do mundo, “de desfazer os nós do mundo” (p. 11). Além disso, é preciso ter claro que “você não usaria um mapa a menos que não soubesse para onde está indo, a menos que nunca tivesse ido a certo lugar antes...”, sendo que “os lugares mais importantes de um mapa são aqueles para onde você nunca foi” (p. 18). Dessa forma, como tempos sombrios apontam que necessitamos outros começos, é necessário abraçar o mundo, pintando não só o mundo tal como é, mas abrindo para outros possíveis.

A partir dessas considerações iniciais, este texto discute os impasses éticos/teóricos e metodológicos que balizam a produção da cartografia. Para tanto, partimos de algumas interrogações sobre um mundo que tem como alicerce a desigualdade e que não percebe que se desmorona, buscando refletir sobre nossos fazeres como pesquisadoras corporificadas. A seguir, desenvolvemos os impasses da pesquisa, entendendo-os a partir de dois conjuntos de questões: (a) mapas como forma de colonização do território e (b) mapas como abertura ao novo. Para finalizar, problematizamos o conceito de *Amor mundi*, de Hannah Arendt, para pensar formas de construir responsabilidade e cuidado com o mundo através de políticas da amizade.

SOBRE ALGUMAS RUÍNAS

Antes de mais nada, é preciso situar de onde falamos e com isso fazer ver as redes de privilégio e desigualdade que sustentam esses lugares, buscando compreender quais são as ruínas que identificamos e nos propomos a analisar ou ultrapassar. Jota Mombaça⁴ (2021), problematizando o cenário Brasil, que se apresenta como ataque direto aos corpos negros, indígenas, *trans* e pobres, anuncia que o mundo está acabando, de novo, numa tentativa de construir barricadas e roubar tempo. Vivemos em um país que se encontra no topo das listas dos que mais matam, dos que mais prendem e na rabeira das listas dos países que mais investem na vida.

3 Trata-se de um romance que utiliza a cartografia como elemento dorsal na narrativa, entrelaçando, a partir da arte de fazer mapas, as histórias de Nur e Rawiya, meninas que, separadas por séculos, atravessam territórios.

4 Jota Mombaça é uma artista interdisciplinar que se apresenta como *uma bicha não binária*, nordestina, cujo trabalho combina poesia, estudos acadêmicos e performances, tensionando a produção do conhecimento e ensaiando o fim do mundo que conhecemos. <https://projetoafro.com/artista/jota=-mombaca/#:~:text=C3%89%20uma%20bicha%20n%C3%A3o%20bin%C3%A1ria,fig%C3%A7%C3%A3o%20vis%C3%A1ria%20e%20tens%C3%B5es%20entre>

O Brasil, em sua autodescrição como promessa utópica de um mundo pós-racial, configura-se, mais bem, como uma distopia antinegra e anti-indígena, em que as figurações de uma liberdade carnavalizada expressam não a ruptura com todas as normas, mas seu excesso. O Brasil, essa ficção colonizada e recolonial, submissa ao imperialismo e imperialista, dominada e dominante, nunca serviu de fato ao propósito das lutas contínuas por liberação do território e dos corpos subjugados em sua construção. (Mombaça, 2021, p. 10)

Certamente, olhando a história do Brasil, seria mais fácil vermos as continuidades do que as nuances que nos produzem atualmente um cenário de crise. Entretanto, algumas políticas conquistadas nas últimas décadas e alguns programas implantados nos últimos anos produziram um indicativo de transformação, o qual foi interrompido pelo golpe de 2016 contra o governo Dilma, a eleição de Bolsonaro e, após 2020, com a crise sanitária da covid-19.

Vivemos hoje numa sociedade em que o governo persegue a redução da esfera política, mostrando-se, muitas vezes, indiferente às questões públicas, uma sociedade que se torna cada vez mais atomizada, individualista, intimista. Em alguma medida, a construção do mundo comum fica, diante desse panorama, fragilizada e os sentidos tecidos pelo compartilhamento das experiências se diluem. (Barros, 2020, p. 376)

Como pesquisadoras, somos convocadas a dar respostas sobre o cenário brasileiro atual, mas como nos interrogam Pedro e Moreira (2021), “será que sabemos formular as perguntas?” (p. 3). Somos três professoras pesquisadoras brancas do sul do Brasil e, portanto, não somos alvos diretos das políticas genocidas que se constituem de forma racista e lgbtfóbicas, contra corpos negros, indígenas, pobres, *trans*. Entretanto, nossas práticas e pesquisas interpelam compromissos éticos que tensionam nosso lugar na branquitude e produzem a necessidade de deslocamentos para pensarmos um tempo de intensificação das desigualdades.

No campo acadêmico, a crise se desdobra com o corte de investimentos nas áreas de educação e ciência, limitando, de maneira geral, o desenvolvimento de pesquisas necessárias para a compreensão e enfrentamento das questões que se colocam no cenário brasileiro. Além dessas movimentações, que afetam genericamente o fazer ciência, algumas áreas são especialmente afetadas, visto existir um ataque direcionado para as humanidades, sendo que temas vinculados à defesa de políticas sociais e dos direitos humanos são alvos de tentativas frequentes de desqualificação, particularmente os que se desdobram em discussões sobre raça, gênero, sexualidade e desigualdade social.

Estarmos atentas e fortes tem sido uma necessária postura diante de intensos ataques à educação e às ciências humanas. A caça às bruxas “recai precisamente sobre aqueles que questionam os procedimentos burocráticos, adotam uma perspectiva

crítica para diagnosticar o tempo presente e se dedicam ao estudo de temas que colocam em questão as exclusões sociais, políticas e econômicas que atravessam a sociedade” (Mansano & Liberato, 2020, p. 442).

Também pensando o contexto contemporâneo na Universidade brasileira, Barros (2020) chama atenção para a produção do medo – uma pandemia do medo – como mecanismo de dominação, uma forma de docilização e manipulação dos corpos. “Essa produção de medo gera um mal-estar, vivido, muitas vezes, como catástrofe” (p. 367). Assim, nos últimos anos, acompanhamos, aflitas, decisões políticas com efeitos devastadores, em diferentes níveis, tanto sobre a pesquisa quanto sobre políticas educacionais, de saúde, de assistência social, entre outras. Longe de uma imagem de passividade, movimentamos instituições e energia na busca de mobilizações e alternativas, mas há uma sensação de terra devastada e aridez.

Exaurido de sua força vital para seguir na produção de si, do outro e, no caso aqui analisado, do conhecimento, o esgotado renuncia a sentir, apreciar, preferir ou realizar seja o que for, por mais simples que esse algo possa ser. É o que presenciamos, de maneira frequente, nesta atual política do esgotamento vigente em nosso país e também aplicada à academia: não se trata da mera produção de um corpo cansado pelo excesso de atividades, pelas avaliações acumuladas e pela sistemática desqualificação. Estamos, outrossim, diante de uma intervenção mais perigosa: aquela que pretende esgotar a potência afetiva dos pesquisadores e colocá-los na vizinhança da desistência, desdobrada em apatia e descaso. (Barros, 2020, p. 443)

Diferentemente de Mansano e Liberato (2020), Barros (2020) pensa o esgotamento como colapso, e não como cansaço. Para a autora, enquanto o cansaço supõe não dispor de outras possibilidades, o esgotamento pretende reinventar conexões, abrindo espaço para a criação. Aqui, as palavras de Linn da Quebrada (2019) e Jota Mombaça (2021) se conectam com as problematizações desse cenário acadêmico de fim de mundo, ou talvez de um apocalipse da ciência no Brasil. Se o esgotamento for uma forma de colapso de um certo modelo que está em ruínas, talvez seja melhor pensar para além desses modelos colapsados. É preciso pensar para além, ou, como nos convida Mombaça (2021), se não é possível despertar a consciência da necessidade da ciência, escreveremos “àquelas que vibram e vivem (e pesquisam) apesar de” (p. 8). Ou ainda, fundamentadas em Deleuze e Nietzsche, propor uma vertente de fuga que parte da pergunta: como resistir à forma-homem que aprisionou a vida, como extrair forças para uma vida mais afirmativa? (Henz, 2009).

Aqui, cabe lembrar de uma das cenas mais fortes da história de *O Mapa de Sal & Estrelas*. Após um bombardeio, a família de Nur precisa sair da Síria, através de paisagens devastadas. Não é fácil se localizar em territórios que antes tinham como

referência prédios que não existem mais e ruas tomadas por escombros. Os mapas que dispunham já não funcionam da mesma forma, mas há a experiência de já ter percorrido esses lugares que agora se encontram em ruínas. “Imagino as ruas onde viramos e vejo a rota como um pedaço de tecido, passando minhas mãos sobre suas voltas e reentrâncias” (Joukhadar, 2020, p. 76). Assim, também nos questionamos sobre nosso fazer enquanto pesquisadoras. Quais percepções nos permitem ainda percorrer esse território *apesar de*? Que novos mapas e novas rotas são possíveis de serem construídas no encontro da imaginação com a experiência que vivenciamos?

SOBRE OS MAPAS E NOSSOS IMPASSES ÉTICOS/TEÓRICOS/ METODOLÓGICOS

É perigoso dizer ao mundo para onde você está indo o tempo todo.
(Joukhadar, 2020)

O historiador Paulo Miceli, em entrevista à UNIVESP em 2014, assinala que a importância dos mapas se refere à importância da localização para os seres humanos, sendo que, mesmo antes da invenção da escrita, já havia a preocupação em desenhar mapas (sobre a caça, os regimes de água dos rios etc.), sendo que os mapas congregam elementos diversos (religiosos, bélicos, estratégicos, culturais, entre outros) que são fundamentais para a compreensão de nossa realidade. Para o professor, a cartografia é um conhecimento estratégico fundamental e, em uma época em que o mundo ainda era um vasto terreno desconhecido, o cartógrafo, caso passasse seu conhecimento para algum rival, poderia ser condenado à morte.

Hoje, entretanto, deparamo-nos com uma questão diferente: com as atuais tecnologias de mapeamento (o *google maps*, por exemplo), há recursos diversos que permitem, inclusive, que qualquer pessoa com acesso à *internet* possa ver e se deslocar por lugares distantes, colocando-se, inclusive, no plano de visão de alguém que está em determinada localização, girando, vendo determinadas construções, como se estivesse, efetivamente, caminhando no lugar desejado. Contamos com tecnologias que permitem a captura de infinitas imagens com pontos de vistas diversos. A partir disso, na medida em que a ciência pode ser pensada como uma tecnologia que produz conhecimento a partir de muitos pontos, isso nos remete à dificuldade de traçar novos mapas, propor novos começos, visto haver a ilusão de já se conhecer o mapa todo, de que todos os caminhos já foram trilhados. Como criar o novo, como percorrer e cartografar o que ainda não foi mapeado ou mudar as rotas já traçadas?

Parece-nos que a pista está na compreensão, como nos alerta Joukhadar (2020), de que os mapas servem a propósitos específicos e que todos carregamos a geografia pessoal de quem somos, das pessoas que nos relacionamos, dos lugares pelos quais passamos. Nossos corpos integram os mapas e, portanto, podem auxiliar a contar outras

histórias, carregadas da nossa responsabilidade para com o mundo. Dessa maneira, é como pesquisadoras corporificadas que buscamos construir esse texto, o qual fala de pesquisar em tempos sombrios, em um mundo aparentemente já decodificado. Falamos assim de buscar lacunas, brechas, espaços escondidos ou pouco valorizados.

Neste debate, parece-nos relevante ainda apontar que traçar mapas não significa prescindir de métodos e teorias, mas, na direção do que traz Veiga-Neto (2009), compreender que, uma vez que essas discussões se deslocaram do geral e universal para o específico e regional, não se trata de encontrar supostas verdades sobre métodos e teorias, mas entender como nossos métodos e teorias operam e se articulam.

Apesar de toda diversidade epistêmica e de vida, por que ainda carregamos a dificuldade de pensar outras construções cartográficas? Castro, Lino e Mayorga (2020) nos provocam, apontando que é necessário resistir à lógica epistemicida, não nos tornando reféns das formas atuais de pensar a relação com o conhecimento. Para tanto, os autores propõem pensar como desobediências epistêmicas os campos de estudos feministas e antirracistas.

Dentre as formulações dos estudos feministas, os autores citados apontam que a reivindicação das mulheres como sujeitas da história e como produtoras da verdade colocou a experiência como conceito interessante para a ciência, visto que articula subjetividade, política, conhecimento e linguagem. Desse modo, é possível tensionar a noção de objetividade e a perspectiva universalista atribuídas como condições para o conhecimento científico.

Não queremos escorregar em um desconstrutivismo científico paralisante e maniqueísta, afinal não se pretende, com a nossa argumentação, a saída do próprio campo científico que, aos nossos saberes e práticas, é o que está em disputa. A ciência, portanto, corresponde a uma compreensão do mundo que é, sempre, contestável na medida em que nenhuma experiência está totalmente autorizada a uma compreensão universal dos fenômenos. (Castro, Lino, & Mayorga, 2020, p. 222)

Nessa direção, em uma entrevista, o autor de *O mapa de sal & estrelas* diz: “o que está no topo ou no meio do mapa nos mostra aquilo que é importante ou poderoso” (Pacheco, 2020, p. 9). Assim, enquanto debatíamos este texto, algumas questões ficaram ecoando em nós. Por exemplo, entendemos que certos mapeamentos, em tempos de acirramento de debates, poderiam produzir exposições de campos e argumentos preciosos para grupos contrários. Perguntamo-nos: se os mapas são importantes porque detalham territórios antes desconhecidos, em que medida também não podem servir para expor determinados modos de viver, fragilizando-os diante de políticas de homogeneização? A quem entregamos nossos mapas? O que entregamos quando cartografamos? Como podemos protegê-los? O que colocamos no topo ou no meio de nossos mapas?

A essas perguntas, poderíamos acrescentar outras: mapas são as metodologias? Os mapas seriam epistemologias? Traçar mapas com perspectivas epistemológicas e metodológicas diferentes mudariam as formas de percorrer o território mapeado ou mudariam o próprio território? Joukhadar (2020) diz que um mapa é somente um dos modos de olhar o mundo e o seu romance narra as disputas que se dão pela posse de mapas e a importância de saber lê-los para encontrar os caminhos. Quais os compromissos éticos de nossas pesquisas? Tais questionamentos nos levam a problematizar os mapas a partir de duas possibilidades: a colonização de territórios e a abertura ao novo.

MAPAS E COLONIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Como construímos nossas formas de ver o mundo? Como produzimos nossos mapas, ditos científicos? Donna Haraway (2009) chama atenção para o modo como a ciência não está deslocada de ações de violência e apropriação, “a visão é sempre uma questão do poder de ver - e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (2009, p. 25).

O conceito de epistemicídio nos dá pistas sobre o modo como algumas formas de ver foram destituídas de reconhecimento ao longo da história da ciência. Ou seja, mapas foram destruídos, ou roubados e apropriados ao longo da história da ciência, como analisa Grosfoguel (2016). O pensamento cartesiano, centrado no eu – *penso, logo existo* –, parte do pressuposto de um conhecimento universal, objetivo e neutro. Trata-se, portanto, de uma visão não corporificada do mundo.

Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020) nos indicam: o cogito cartesiano produz a ideia de que “os outros não pensam ou não pensam adequadamente para produzir juízos científicos” e, ainda, os outros não existem “ou não têm suficiente resistência ontológica” (p. 12). Analisando genealogicamente o pensamento cartesiano, Grosfoguel (2016) ressalta que foram necessários alguns movimentos para a consolidação deste universalismo. Essa formulação – *penso, logo existo* – só ganha potência porque se produz como herança de uma longa história baseada na ideia de que *conquisto, logo existo* e nas práticas genocidas e epistemicidas, a saber, contra muçulmanos e judeus na invasão de Al-Andalus, contra povos indígenas e aborígenes, contra africanos e contra mulheres acusadas de bruxaria.

O que conecta o “conquisto, logo existo” (*Ego conquirō*) com o idolátrico “penso, logo existo” (*Ego cogito*) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermino, logo existo” (*Ego extermino*). É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o “conquisto” e o racismo/sexismo epistêmico do “penso” como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial. (Grosfoguel, 2016, p. 31)

Essas são algumas das heranças que carregamos no fazer científico. Mapas roubados, exterminados e manchados de sangue para a construção de uma ciência que se diz universal. Entretanto, a fantasia da visão universalista é, na realidade, um particularismo, um modo de ver muito específico que se tornou hegemônico, que se pretende sem corpo e livre de quaisquer interesses ou pertencimentos (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, & Grosfoguel, 2020). Temos, portanto, a falácia da construção de um mapa único para territórios completamente diferentes.

Assim, regimes de verdade são produzidos como efeitos de disputas nos diferentes campos do poder que são constituídos por marcas de dominação. “A objetividade máxima de um conhecimento é, justamente, a certeza de sua visão corporal e parcial; contrapondo-se, assim, à ‘visão de lugar nenhum’ da pretensa neutralidade da modernidade/colonial”. (Castro, Lino, & Mayorga, 2020, p. 216).

Mas é também nesse território da ciência que buscamos a produção de outros mapas, percorrendo territórios em ruínas, colhendo vestígios silenciados de batalhas cotidianas. Pedro e Moreira (2021) convidam ao afastamento dos olhares pretensamente isentos e universais, alertando para a necessidade de situarmos nossos territórios e práticas, não dando margem para ambiguidades no que se refere a nossos enquadramentos, escolhas e intencionalidades. Afinal, como coloca Joukhadar (2020), a forma de lidar com as coisas é sabermos quem somos, visto que os lugares pelos quais passamos se tornam parte de nós.

Por outro lado, Larrosa (2014) discute que, na pesquisa, é preciso também limitar-se, trabalhando, às vezes, não por excesso (mais instrumentos metodológicos, mais recursos, mais estruturas, mais dados), mas por subtração. Isto implica uma necessidade de *poder não* (o *poder não* é diferente do *não poder*, visto que, enquanto *não poder* significa impotência, o *poder não* é o outro lado da potência), colocando limites ao nosso saber e à nossa vontade, limitando o que se pode fazer, o que se pode saber, o que se pode querer, abstendo-se. A partir de Agamben, ele entende que se trata de pensar a ação humana não somente pelo que pode fazer, mas especialmente pelo que pode não fazer - a exemplo do personagem Bartleby, no conto de Melville: *preferiria não*.

Assim, do mesmo modo que “um filme é um traço de luz sobre uma superfície sensível” (Larrosa, 2014, p. 43), o autor assinala que a pesquisa se relaciona com a visão, a visibilidade e a iluminação, sendo que a iluminação não é apenas uma questão técnica, mas também ética. Desenvolvendo uma analogia com o cinema, ele diz que, às vezes, é necessário apagar os refletores, baixar a iluminação, reduzir o visível, buscando um equilíbrio entre a visibilidade e a invisibilidade. Ou como diria Manoel de Barros (2013), “desexplicar – tanto quanto escurecer acende os vaga-lumes” (p. 242).

Na história do livro de Joukhadar (2020), a mãe, que é uma fazedora de mapas, prepara um mapa especial para a família num cenário de guerra e deslocamento.

— *Pintei uma coisa nova — diz ela — Um mapa especial. Pintei uma camada de cada vez.*

Olho para ela com mais atenção.

— *Por que você pintaria alguma coisa só pra pintar outra em cima?*

— *Tem que ser feito assim — diz Mama — Às vezes, não basta colocar tudo de uma vez. Às vezes é preciso de mais de uma tentativa para acertar. (p. 40)*

Há um jogo de mostrar e esconder que na história se faz pela inclusão de camadas de tintas no mapa, com o cuidado de não ser totalmente identificável a qualquer pessoa que olhe. É preciso cuidar o que mostrar e como mostrar. Quando pensamos nesse cuidado em relação às pesquisas, os desafios metodológicos e epistemológicos se ampliam.

Nessa perspectiva, também, às vezes, é preciso cartografar menos, não explorar todos os cantos, não acender todos os refletores, não visibilizar tudo. Deixar que se acendam os vaga-lumes. Às vezes, é necessário *pintar alguma coisa só para pintar outra em cima*, em um delicado jogo de apagamento, mostrando que os mapas não são definitivos, mas também se encontram em um permanente estado de desaparecimento.

MAPAS E ABERTURA AO NOVO

Iniciamos o texto falando de *Amor mundi*. Larrosa (2014) afirma que o ato de pesquisar exige acreditar no mundo e em si mesmo, isto é, acreditar na presença do mundo e na vontade de estar presente diante da presença do mundo. Nessa perspectiva, pesquisar pressupõe um determinado modo de relação com o mundo. Assim, mais do que um método geral, pode-se pensar que o que existe é um método que não pode ser convertido em metodologia, visto que não precede o processo, mas é elaborado na medida em que a pesquisa é realizada. Dessa maneira, o método não pode ser replicado, mas se esgota na própria pesquisa que foi produzida.

O que não nos é dado como real é aquilo que percebemos, aquilo sobre o que falamos, sobre o que pensamos, sobre o que atuamos. Mas o que não é dado como real não é senão o resultado da ficção dominante, que dizer, dos modos consensuais de perceber, de falar, de pensar e agir. E aquilo que os artistas (mas também os pesquisadores) que estão comprometidos com a verdade fazem é mudar o “real”, quer dizer, mudar nossas formas de ver, de dizer, de pensar e de atuar. E mudá-lo de uma forma não consensual, de uma forma polêmica. (Larrosa, 2014, p. 27)

Ao descrever uma experiência de pesquisa na qual a instrução era perder-se na cidade e construir um mapa a partir de determinados parâmetros, Olarieta (2014) conclui que o mapa não é o ponto de partida, mas resulta do próprio exercício. Entretanto, não são instrumentos de sobrevoo, pois são mapas inúteis, isto é, mapas que não são mapas.

Retomando Hannah Arendt, Assy (2019) diz acreditar que, em tempos sombrios, é necessário amar. Entretanto, não se trata de amar de qualquer maneira, mas é preciso amar a partir da noção de justiça, ou seja, é necessário dignificar a vida, saindo de uma condição de vida meramente biológica para uma vida política, uma vida qualificada. Desse modo, assumir a responsabilidade com o mundo implica pelo menos duas dimensões éticas (uma subjetiva e outra objetiva), sendo que, ao mesmo tempo que busca construir um mundo partilhado, um mundo comum, entende-se que esse mundo é tanto material quanto simbólico, visto que agrega sujeitos.

Por sua vez, Barros (2020) se questiona sobre como construir uma experiência pública compartilhada em tempos nos quais a experiência se encontra em crise, salientando que “o que nos inquieta é uma desresponsabilização pelo mundo como verdadeira crise da liberdade e do sentido de público ou do mundo comum” (p. 376). Portanto, o amor pressupõe pensar o mundo não em um momento de reconstrução, mas no momento em que ele está se desmantelando, pensando outras categorias. Ou, como nos convida a pensar Linn da Quebrada: “*O mundo já acabou e estamos dançando sob suas ruínas para celebrar novos projetos de mundo*”⁵.

Amar o mundo também diz respeito à presença, a “aceitar o mundo tal qual é” (Larrosa, 2014, p. 33), o que não nos impede de mudar as coisas e produzir novos mundos possíveis. Também se trata de realizar um trabalho sobre si, de se colocar em questão, de se colocar em relação consigo mesmo (Masschelein & Simon, 2008, citados por Olarieta, 2014), abrindo-nos ao desconhecido, deixando-nos afetar. Afinal, nossos mapas são inúteis, pois, como lembra Joukhadar, não deixa de ser estúpido que as tintas sequem tão rápido, visto que as coisas mudam o tempo todo e “sempre temos que consertar os mapas, repintar as fronteiras de nós mesmos” (2020, p. 78).

Assim, produzir mapas que se pretendam não colonizadores se relaciona não tanto com encontrar e mapear territórios desconhecidos, mas talvez deixar-se perder e, ao fazê-lo, perder o território que se pensa conhecer, à maneira do exercício descrito por Olarieta (2014), no qual é necessário caminhar a partir da ideia de que não se sabe o que não se sabe e que não se pode fingir não saber o que sabe, dando atenção ao que o caminho apresenta e também ao que o/a pesquisador/a deve fazer para que o caminho lhe dê a ver o que precisa para sua

5 Frase retirada de um *twitter* postado por Linn da Quebrada em 07 de outubro de 2019. <https://twitter.com/linndaquebrada/status/1181340104272556032>

cartografia. Como nos diz Audre Lorde (2020, p. 203), “às vezes tanto a bênção quanto a maldição da poeta é perceber sem conseguir organizar de imediato as percepções, e isso é mais um nome para o ‘Caos’. Mas é claro que é do ‘Caos’ que nascem novos mundos”. Há, assim, certa possibilidade de criação ao acolher o caos, de não ter uma rota muito bem traçada de antemão, uma forma de resistir.

O resistir envolve um *devoir*, tanto dos pesquisadores quanto dos pesquisados, uma vez que as questões têm a chance de se multiplicar, complicar e implicar, exigindo um tempo nem sempre compatível com a duração definida pelas instituições que regulam as pesquisas (e por seu mais recente agregado, o mercado). Nesse trajeto, são experimentadas agitações afetivas que não foram planejadas; transes e vertigens que não admitem, de maneira imediata, a sucessão de palavras organizadas em um resultado conclusivo. Afinal, não estamos apenas no campo da representação e da razão, mas também no campo das intensidades, no qual as palavras a serem articuladas deixam entrever uma fluidez caótica e testemunham a dificuldade de produzir conhecimento sobre essa matéria indócil que é a vida.” (Mansano & Liberato, 2020, p. 445)

Falar de mapas como abertura ao novo não aponta, portanto, para as inúmeras tecnologias de mapeamento que temos hoje, que pretendem colocar luz sobre tudo, dando a conhecer todos os territórios. Ao contrário, na medida em que se trata de um exercício de transformação de si, busca-se, nos rastros de Nietzsche e Foucault, nos próprios seres humanos, o “conjunto de forças que resistem” (Deleuze, 2005).

— Você não entendeu? — pergunta Zahra. — Esse não é só um mapa de onde estamos indo. É um mapa de onde viemos.

...

Pela primeira vez em anos, penso em algo que Mama me contou quando eu era pequena: quando se desenha um mapa, você não pinta só o mundo como ele é. Você pinta o seu próprio mundo. (Joukhadar, 2020, p. 322)

Ou, como escreve Larrosa (2014), se nos é dito que precisamos diagnosticar ou conhecer a realidade, mas esta realidade, por vezes, nos dá uma sensação de irrealidade, pois não existe nada nela além das imposturas dos dispositivos que criamos, é preciso que nos transformemos, mudando “o sentido da ‘relação de pesquisa’ com o mundo para encontrar ou reencontrar algo que seja válido como real, algo que nos dê a sensação de estarmos ali (o problema não é quem sou, mas onde estou), algo que nos dê a sensação de estarmos vivos frente a um real também vivo, ou seja, verdadeiro, incompreensível, mas não por não estar menos presente” (p. 26). Somente assim conseguiremos produzir mapas inúteis porque

não podem ser replicados, mas que se referem apenas a um modo de olhar as coisas, no intuito de inventar outras formas de estar no mundo.

— Eu me pergunto se todos os mapas são histórias.

— Ou se todas as histórias são mapas — diz Huda.

Toco a meia-pedra no meu bolso.

— Talvez nós sejamos mapas também. Nossos corpos inteiros. (Joukhadar, 2020, p. 355)

AMAMOS O MUNDO O SUFICIENTE PARA RESPONSABILIZARMOS-NOS POR ELE?

“Embora devam morrer, os homens não nasceram para morrer, mas para recomeçar.” (Arendt, citada por Freitas, 2014, p. 61)

Decorrido alguns meses do início desta escrita, os tempos continuam sombrios. Mais sombrios... Demasiadamente sombrios. A ideia de pensar a pesquisa como *Amor mundi* permanece ecoando: será que amamos o mundo o suficiente para responsabilizarmo-nos por ele? O romance e as reflexões que nos conduziram até aqui nos levam a entender que um mapa é sempre “um mapa de nós” (Joukhadar, 2020, p. 322), convocando-nos a pensar nossa relação com este mundo em ruínas.

Nenhuma palavra irrompe na escuridão
Nenhum deus levanta a sua mão
Até onde meu olhar alcança
Vejo terra que se agiganta.
Nenhuma forma se desprende,
Nenhuma sombra pairante se dá.
E continuo sempre apenas a ouvir:
Tarde demais, tarde demais.
(Arendt, citada por Freitas, 2014, p. 63)

O poema acima foi escrito ainda na juventude de Hannah Arendt, como aponta Freitas (2014), período em que viveu como apátrida, visto que, como judia, teve sua nacionalidade retirada pelo regime nazista. Identificada com aqueles que *não têm direitos a ter direitos*, perseguida pelo regime totalitário, trocava cartas e poemas com os amigos. Sem sentir-se pertencente ao mundo, acompanhada pelo sentimento de não proteção, não existia do ponto de vista político. Vida marcada

pelo terror e extermínio. Interessante a menção de Maia e Reinaldo (2019) em relação ao relato de Arendt sobre a colaboração dos líderes judaicos com o nazismo no extermínio dos judeus, no caso Eichmann. Seu amigo Gershom Scholem a acusa de não amar o povo judeu, sendo a resposta contundente:

Você está completamente certo — eu não sou movida por nenhum “amor” deste tipo, e por duas razões: em toda minha vida, eu jamais “amei” um povo ou coletividade — nem o povo alemão, nem o povo francês, nem o povo americano, nem a classe trabalhadora ou qualquer coisa deste tipo. Eu amo realmente “apenas” meus amigos e o único tipo de amor que eu conheço e em que acredito é o amor por pessoas. (Arendt, citada por Maia & Reinaldo, 2019, p. 63)

Como, então, ela propõe o amor ao mundo? Como se caracteriza? As condições de possibilidades que fizeram emergir a concepção de *Amor mundi* têm relação com o exercício do pensamento, a constante reflexão sobre o sentido de pertencimento ao mundo, ação considerada por ela como responsabilidade de todos, e “as terríveis manifestações decorrentes do desaparecimento deste mesmo mundo compartilhado na era moderna” são tomadas como meta (Freitas, 2014, p. 57). Seguindo Linn da Quebrada (2019), o mundo já ruiu outras vezes.

Além de Arendt conceber pensamento e ação como dimensões interdependentes, e que “pensar é antes de tudo existir enquanto sujeito responsável” (Freitas, 2014, p. 57), Maia e Reinaldo (2019) compreendem que a Revolução Húngara (1956) teve papel decisivo para a sua possibilidade de amar o mundo. A resposta dos revolucionários ao totalitarismo foi decisiva para que o sentimento de pertença a fizesse começar a amar o mundo. É o despertar para uma “disposição radical de partilhar o mundo, dotando-o de significados por meio da ação e do discurso” (Maia & Reinaldo, 2019, p. 69).

Assim, um dos significados de *Amor mundi* é responsabilidade e cuidado com o mundo comum, “partilhar discursivamente os acontecimentos mundanos que, ao contrário da compreensão romântica do amor e do amor fraternal, não nos remete a nós mesmo, à nossa intimidade e nem nos amalgama coletivamente” (Aguilar, 2010, p. 38).

Mas se o cenário para emergência de *Amor mundi* foram os tempos sombrios do século XX e as reflexões políticas concomitantes, o século XXI prescinde do mesmo imperativo político, pois vivemos imersos entre discursos de ódio e intolerância no Brasil e no mundo. Como traçar um mapa de nós que envolva amar como categoria política?

Francisco Ortega (2020), na sua leitura de Arendt, expande o sentido de *Amor mundi* ao trazer à cena a amizade, pois essa se alinha à humanidade, exatamente por voltar-se ao público, ao contrário da fraternidade que se figura como

comunidade identificatória. Talvez a pista esteja na amizade, na solidariedade, no respeito. Ao invés de fortalecer as identidades, pensar o amigo, pensar a amiga, desenvolvendo a sensibilidade para as diferenças.

Apostar em novas formas de amar o mundo é inventar relacionamentos voltados para o mundo, para o espaço público, para a solidariedade. Uma ética da amizade que recupere a vontade de agir, reivindicando a possibilidade de experimentar e imaginar o que ainda não foi imaginado, criando outras formas de vida e comunidade. Para o autor, esta é uma forma de resistência política efetiva, “pois a ação política se define também pela procura e fomento de novas formas de subjetivação, de imagens e modelos para pensar e amar” (p. 17).

Neste sentido, Aguiar (2010) salienta que a amizade possibilita resistir às violências cotidianas. A amizade como *Amor mundi* pode ser um começo a se entranhar numa retomada da amizade como exercício político. Nas palavras de Ortega (2020, p. 17):

A amizade é um fenômeno público, precisa do mundo, da visibilidade dos assuntos humanos para florescer. Nosso apego exacerbado à interioridade, a “tirania da intimidade” não permite o cultivo de uma distância necessária para a amizade, pois o espaço da amizade é o espaço entre os indivíduos, do mundo compartilhado – espaço da liberdade e do risco –, das ruas, das praças, dos passeios, dos teatros, dos cafés.

Pode-se dizer que amizade política é contrária à concepção de governo baseado na categoria do inimigo. Hannah Arendt aposta na amizade como esperança de que os homens nasceram para começar, e não para morrer. Defendia o pluralismo, onde o potencial de uma liberdade e igualdade política só poderia ser gerado *entre* pessoas (Aguiar, 2010, p. 43 – grifo nosso).

Dessa maneira, chegamos ao final desta escrita de forma circular, de modo que as considerações não possuem a pretensão de um fechamento, mas se constituem reflexões que seguem reverberando nossos questionamentos e incômodos, como camadas de tinta sobre um mesmo mapa, compondo pistas explícitas ou encobertas. A escrita deste texto, num contexto de intensas demandas de trabalho virtual com calendários acadêmicos divergentes, no cenário de instabilidade econômica e política e de impactos nas relações cotidianas e familiares, além de desafiador, produziu a tentativa de análise desses territórios e elaboração de mapas de nós e para nós.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, O. A.** (2010). A amizade como *Amor mundi* em Hannah Arendt. *O Que nos Faz Pensar* (PUC-RJ), 28, 131-144.
- Assy, B.** (2019). *Amor mundi* em Hannah Arendt. In R. Pinheiro, F. D. Asensi, F. Herbert, & M. E. B Barros (Orgs.), *Amor mundi, políticas de amizade e cuidado. A integralidade e polifonia do cotidiano da saúde* (pp. 12-23) FGB/Pembroke Collins.
- Barros, M.** (2013). *Poesia completa*. LeYa.
- Barros, M. E. B.** (2020) Resistência e criação: micropolítica das violências e subjetivação do medo no contexto da ciência e da democracia. *Psicologia em Revista*, 26(1), 365-379.
- Belchior, A. C.** (1976). *Alucinação*. Álbum: Alucinação. Phillips/Phonogram.
- bell hooks** (2020). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Elefante.
- Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R.** (2020). Introdução. In *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp. 9-26) Autêntica.
- Castro, R. D., Lino, T., & Mayorga, C.** (2020) Desobediências epistêmicas: propostas feministas e antirracistas em direção a um projeto de ciência e sociedade decolonial. *Cadernos de Estudos Culturais*, 2(24), 209-226.
- Deleuze, G.** (2005). *Foucault*. Brasiliense.
- Freitas, B. P.** (2014). Hannah Arendt: uma vida vivida na unidade entre pensamento e ação por amor ao mundo. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 4(7), 49-65.
- Grosfoguel, R.** (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado [online]*, 31 (1), 25-49.
- Haraway, D.** (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Henz, A. O.** (2009). Formação como deformação: esgotamento entre Nietzsche e Deleuze. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 9(1), 135-159.
- Joukhadar, Z.** (2020). *O mapa de sal & estrelas*. Dublinense.
- Larrosa, J.** (2014). Como entrar no quarto da Vanda: notas sobre a investigação como experiência (tendo como referência três filmes e alguns textos de Pedro Costa) e considerações sobre a investigação como verificação da igualdade (tendo como referência alguns textos de Jacques Rancière). In F. F. R. Martins, M. J. V, Netto, & Walter O. Kohan (Orgs.), *Encontrar escola* (pp. 22-50). Lamparina; FAPERJ.
- Lorde, A.** (2020). *Irmã outsider*. Autêntica.
- Maia, A. G. & Reinaldo, F. J. O.** (2019). Amor mundi: uma resposta radical a uma desesperança política radical. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, 10, 59-72.
- Mansano, S. R. V. & Liberato, M. T. C.** (2020) Resistir para pesquisar, pesquisar para resistir: construindo uma sustentabilidade afetiva na Universidade. *Psicologia em Revista*, 26(1), 436-451.
- Miceli, P.** (2014). *A história da cartografia e a importância dos mapas* [Video]. <https://www.youtube.com/watch?v=Ls-DTif6QKg>
- Mombaça, J.** (2021). *Não vão nos matar agora*. Cobogó.
- Olarieta, B. F.** (2014). Breve história de uma instrução para perder-se na cidade. In F. F. R. Martins, M. J. V, Netto, & Walter O. Kohan (Orgs.), *Encontrar escola* (pp. 51-65). Lamparina; FAPERJ.

Ortega, F. (2020). Por uma ética e uma política da amizade. *Caderno de Leituras*, 109, 1-18. Edições Chão da Feira.

Pacheco, P. (2020). Entrevista: Zeyn Joukhadar. Todos carregamos a geografia pessoal de quem somos. *Revista TAG* (Porto Alegre), 07-09.

Pedro, R. M. L. R. & Moreira, M. C. (2021). Conhecer, intervir, partilhar: pistas para a pesquisa psicossocial na construção de mundos possíveis. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(2), 1-17.

Quebrada, L. [@linndaquebrada] (2019, 07 de out.). & que por isso faz tanto sentido que eles estejam com medo. eu tbm estaria se fosse eles... *Twitter*. <https://twitter.com/linndaquebrada/status/1181340104272556032>

Veiga-Neto, A. (2009). Teoria e método em Michel Foucault: impossibilidades. *Cadernos de Educação*, 34, 83-94.